



Oscar Spíndola Rodrigues Junior
Prefeito Municipal de Sobral

Maria Imaculada Dias Adeodato
Vice-Prefeita de Sobral

Yslaia Pontes Vasconcelos
Chefe de Gabinete do Prefeito

SECRETARIADO

Gustavo Judhar Ferreira Ribeiro Secretário do Planejamento e Gestão	Michelle Alves Vasconcelos Ponte Secretária Municipal da Saúde	Vanessa Braga Secretária dos Direitos Humanos e da Assistência Social
Hozanan Linhares Gomes Procurador Geral do Município	Marinho Júnior Cavalcante Secretário do Esporte e Lazer	José Leandro Menezes Costa Secretário de Trânsito
José Crisóstomo Barroso Ibiapina Secretário do Governo	Tiago Ramos Vieira Secretário do Turismo e Eventos	José Vytal Arruda Linhares Secretário do Transporte
João Alberto Adeodato Júnior Secretário do Desenvolvimento Distrital	Igor José Araújo Bezerra Secretário da Juventude e Cultura	Messias Aguiar Alcântara Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Econômico
Ingrid Soraya de Oliveira Sá Secretária Municipal das Finanças	Francisco Hermenegildo Sousa Neto Secretário Municipal da Infraestrutura	Rodrigo Dias Silva Secretário da Agricultura
Francisco Valdo Cezar Pinheiro Júnior Controlador e Auditor Geral do Município	José Sidcley Tavares Ferreira Gomes Secretário da Conservação e Serviços Públicos	Emerson Pinto Moreira Secretário da Pecuária
Cynira Kezia Rodrigues Ponte Sampaio Secretária Municipal da Educação	Evysdanna Gomes de Paula Secretária do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente	Mário Cunha Lima Secretário da Segurança Cidadã

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

Coordenadoria de Atos e Publicações Oficiais

Rua Viriato de Medeiros Nº 1250, Centro, Sobral - Ceará - Fone: (88) 3677-1175

Diário Oficial do Município - DOM

E-mail: diario@sobral.ce.gov.br

Site de Acesso: <http://diario.sobral.ce.gov.br>

7. COORDENADORIA DE GESTÃO ESCOLAR	Coordenador	DNS-2	01
7.1. Célula de Pesquisa, Informação e Dados Educacionais	Gerente	DNS-3	01
7.2. Célula de Apoio à Gestão Escolar	Gerente	DNS-3	01
7.3. Célula de Superintendência Escolar	Gerente	DNS-3	01
7.4. Célula de Serviços Educacionais	Gerente	DNS-3	01
8. COORDENADORIA JURÍDICA	Coordenador	DNS-2	01
8.1. Célula de Apoio Funcional e Sindicância Administrativa	Gerente	DNS-3	01
8.2. Célula de Contratos e Convênios	Gerente	DNS-3	01
8.3. Célula de Processos Licitatórios	Gerente	DNS-3	01
8.4. Célula de Controle Interno e Ouvidoria	Gerente	DNS-3	01
9. COORDENADORIA FINANCEIRA	Coordenador	DNS-2	01
9.1. Célula de Contabilidade	Gerente	DNS-3	01
9.2. Célula de Prestação de Contas	Gerente	DNS-3	01
9.3. Célula de Planejamento Administrativo e Orçamentário	Gerente	DNS-3	01
10. COORDENADORIA DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO DE PESSOAS	Coordenador	DNS-2	01
10.1. Célula de Pagamentos, Benefícios e Contratos Temporários	Gerente	DNS-3	01
10.2. Célula de Acompanhamento Funcional	Gerente	DNS-3	01
11. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Coordenador	DNS-2	01
11.1. Célula de Desenvolvimento e Suporte	Gerente	DNS-3	01
12. COORDENADORIA ADMINISTRATIVA	Coordenador	DNS-2	01
12.1. Célula de Logística	Gerente	DNS-3	01
12.2. Célula de Transporte Escolar	Gerente	DNS-3	01
12.3. Célula de Alimentação Escolar	Gerente	DNS-3	01
12.4. Célula de Obras	Gerente	DNS-3	01
12.5. Célula de Conservação e Manutenção Predial	Gerente	DNS-3	01
TOTAL			489

DECRETO Nº 3.774 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2025 - DISPÕE SOBRE O CADASTRO MUNICIPAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS DOS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS E DAS SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS SUBMETIDOS AO REGIME DE TRIBUTAÇÃO FIXA DO ISSQN. O PREFEITO MUNICIPAL DE SOBRAL, no uso de suas

atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e CONSIDERANDO o alcance da expressão “legislação tributária”, conforme o art. 96 do Código Tributário Nacional (CTN), que compreende os decretos como instrumentos infralegais aptos a assegurar a fiel execução das leis; CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 39, de 23 de dezembro de 2013, que instituiu o Código Tributário do Município de Sobral, com suas alterações posteriores; CONSIDERANDO ainda, os princípios da impessoalidade e da isonomia, que impõem tratamento equânime a contribuintes que se encontram em situações assemelhadas do ponto de vista fático e jurídico; CONSIDERANDO os princípios da instrumentalidade das formas e da prevalência da verdade material sobre as formas jurídicas, segundo os quais a hipervalorização destas, como se fossem fins em si mesmas, deve ser mitigada em favor da verdade material e da razoabilidade, tanto em processos judiciais quanto administrativos. DECRETA: Art. 1º As alterações nos atos cadastrais poderão ser realizadas de ofício, independentemente da situação cadastral ou fiscal do profissional autônomo ou da sociedade uniprofissional, com base em documentos comprobatórios devidamente registrados nos órgãos competentes. Art. 2º O Cadastro Municipal de Atividades

Econômicas - CMAE do profissional autônomo e da sociedade uniprofissional será considerado ativo: I - após a efetivação da inscrição municipal; II - quando o motivo que causou a inaptidão cessar; III - quando ocorrer o reinício das atividades paralisadas temporariamente. Art. 3º O CMAE do profissional autônomo e da sociedade uniprofissional será considerado inapto quando o contribuinte: I - não for localizado nos endereços cadastrados; II - deixar de cumprir obrigações acessórias exigidas pela legislação tributária municipal por dois anos consecutivos; III - manter pendências cadastrais por mais de 180 (cento e oitenta) dias; IV - possuir inconsistência em seus dados cadastrais ou deixar de cumprir as exigências constantes no ato de emissão do cadastro municipal; V - apresentar situação do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) inapta; Art. 4º O CMAE do profissional autônomo e da sociedade uniprofissional será considerado suspenso nas seguintes condições: I - enquanto a solicitação de baixa de sua inscrição municipal estiver em análise; II - quando for solicitado, pelo contribuinte, a paralisação temporária das atividades; III - quando, de ofício ou via processo administrativo, for identificado a paralisação das atividades pela ausência de movimentação fiscal e/ou a não emissão de documentos fiscais no período de dois anos consecutivos; IV - quando for decretada a falência ou a liquidação, no caso de pessoa jurídica; V - por determinação judicial; § 1º No caso de suspensão das atividades, a autoridade tributária poderá rever os lançamentos efetuados no período de suspensão, nos termos do art. 149 do Código Tributário Nacional, considerando a verdade material do exercício ou não das atividades desenvolvidas no período de suspensão pelo profissional autônomo ou pela sociedade uniprofissional. § 2º A inscrição em situação suspensa, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação, sujeitar-se-á o sujeito passivo tributário aos seguintes impedimentos: I - obtenção ou liberação para emissão de documentos fiscais; II - emissão de documentos fiscais; § 3º É considerado inidôneo o documento fiscal emitido por contribuinte em situação cadastral suspensa. Art. 5º As disposições deste Decreto aplicam-se também a situações pretéritas, tendo em vista que não implica ônus adicional ou prejuízo ao sujeito passivo, mas apenas disposições expressamente interpretativas, conforme o art. 106 do Código Tributário Nacional. Parágrafo único. As situações de inaptidão e suspensão não afastam a aplicação das penalidades previstas nos arts. 79 e seguintes do Código Tributário Municipal. Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 12 de novembro de 2025. Oscar Spindola Rodrigues Junior - PREFEITO DE SOBRAL.